



LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL.

A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados em maio

Senado vai votar o fim da escala 6x1 nesta quarta-feira (14)

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), marcou para quarta-feira (14) a votação, em primeiro turno, da PEC que prevê o fim da escala 6x1. A proposta reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas, sem corte salarial, e garante dois dias de descanso. Aprovado pela Câmara em maio, o texto prevê transição de 14 meses e precisa passar por dois turnos nas duas Casas. No Senado, a proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em agosto e aprovada no início de setembro. Alcolumbre havia afirmado que levaria o tema ao plenário somente após as eleições. Ao anunciar a data, disse que cumpre o compromisso de pautar a matéria com responsabilidade, diálogo e respeito ao rito regimental. Se houver mudanças no Senado, o texto voltará à Câmara. A proposta também prevê regras específicas para trabalhadores com diploma superior e salários mais altos.

TSE manda suspender site ligado a Flávio

O Tribunal Superior Eleitoral determinou a suspensão de um site que oferecia criptomoedas em troca de publicações favoráveis ao candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL). A decisão é da ministra Estela Aranha, que considerou a prática uma vantagem econômica durante as eleições. O caso foi denunciado pela coligação de Lula (PT). Flávio afirmou desconhecer os responsáveis pela página e negou contratar perfis para divulgar conteúdos de campanha. A distribuição dos ativos virtuais foi revelada pelo jornal Folha de S.Paulo.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Lula apresentou denúncia à Procuradoria-Geral Eleitoral

Justiça derruba liminar que liberou a Stake Brasil

A Justiça Federal derrubou a liminar que autorizava a plataforma de apostas Stake Brasil a operar até 25 de outubro, apesar da medida provisória que proibiu as bets online. A decisão do presidente do TRF3, Johonsom Di Salvo, atendeu a recurso da AGU. Para o magistrado, liberar apenas uma empresa comprometeria a política pública de restrição às apostas eletrônicas. A constitucionalidade da medida provisória é questionada no Supremo Tribunal Federal por entidades do setor, sob relatoria do ministro Luiz Fux.

TSE dá prazo a Flávio em ação contra Lula

O corregedor-geral eleitoral, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, deu prazo até esta terça-feira (13) para Flávio Bolsonaro apresentar esclarecimentos em ação contra Lula, Geraldo Alckmin e André Janones por supostos abusos eleitorais. O ministro também pediu provas digitais originais em cinco dias e determinou a notificação dos investigados para apresentarem defesa. O recebimento da ação não confirma as acusações.

Ameaças no TSE I

O Tribunal Superior Eleitoral acionou a Polícia Federal após identificar cerca de 30 mil manifestações nas redes sociais contra servidores da Justiça Eleitoral até a tarde de quinta-feira (8). As publicações incluem ameaças, exposição de dados pessoais e ataques a familiares. O tribunal é responsável pela organização das eleições brasileiras.

Ameaças no TSE II

Diante das ameaças, o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, determinou que servidores e familiares recebam proteção e apoio psicológico. O tribunal também acionou o Ministério Público e notificou as plataformas digitais sobre a circulação de conteúdos irregulares nas redes sociais, para conter a disseminação das publicações.

Ameaças a Dino I

O presidente do STF, Edson Fachin, pediu à Polícia Federal que investigue ameaças de morte contra o ministro Flávio Dino, divulgadas nas redes sociais. As mensagens também foram direcionadas a outros integrantes da Corte. O STF informou que acompanha a situação e mantém contato com os órgãos responsáveis pela segurança dos magistrados.

Ameaças a Dino II

Após divulgar as mensagens, Flávio Dino afirmou que não mudará sua atuação profissional diante das ameaças. Segundo o ministro, o medo de perseguições pessoais não pode interferir nas decisões judiciais. Dino ressaltou que a independência dos magistrados é essencial para garantir o funcionamento do Poder Judiciário e o respeito à Constituição.

Segurança nos magistrados

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil firmaram acordo para reforçar a segurança de magistrados em deslocamentos e compromissos oficiais. A parceria prevê apoio a ministros do STJ nos estados e a dirigentes de tribunais no Distrito Federal. O acordo terá duração de cinco anos.

Remuneração direta

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região recebeu o conselheiro do CNJ Paulo Regis Machado Botelho para discutir políticas de sustentabilidade e inclusão social. Entre os temas, está a remuneração direta de catadores de recicláveis pelos serviços prestados aos tribunais, conforme recomendação do Conselho Nacional de Justiça em vigor desde maio de 2026.



Presidência da Corte identificou 108 procedimentos relacionados às Fake News

Fachin diz que pretende arquivar inquérito das Fake News

Presidente do STF respondeu pedido de Fux para ter acesso a documentos

Da **Redação**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, pretende arquivar definitivamente o chamado inquérito das Fake News, procedimento de investigação que foi aberto em 2018 pela Corte.

A intenção de Fachin foi explicitada em um ofício encaminhado na sexta-feira (9) ao ministro Luiz Fux.

Ontem, Fux determinou que a secretaria do tribunal envie ao seu gabinete os processos sigilosos que estão em tramitação contra o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Conforme a decisão, a secretaria judiciária deverá encaminhar todos os volumes, anexos, apensos e mídias que envolvem os inquéritos das Fake News e milícias digitais, além da investigação sobre a trama golpista.

Em ofício enviado a Fux, o presidente do STF informou que todos os procedimentos que foram abertos contra Bolsonaro, exceto o inquérito das Fake News, estão sem sigilo e podem ser consultados pelo gabinete do ministro.

Segundo Fachin, a presidência da Corte identificou 108 procedimentos investigatórios vinculados ao inquérito das Fake News.

Após verificar pendências

e eventuais solicitações de diligências à Procuradoria-Geral da República (PGR) e à Polícia Federal (PF), Fachin espera determinar o arquivamento do inquérito.

Dessa forma, segundo o presidente, o acesso de Fux ao inquérito só será determinado após o fim da análise dos procedimentos.

“Pretende-se concluir responsabilmente essa trajetória, com o exame dos procedimentos ainda pendentes e, uma vez cumpridas as etapas processuais necessárias, promover o arquivamento definitivo do inquérito”, disse Fachin.

No mês passado, Fachin retirou de Alexandre de Moraes a relatoria do inquérito, que foi aberto em março de 2019. Na época, o então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, defendeu a abertura como forma de combater a veiculação de notícias que atingem a honorabilidade e a segurança do STF, de seus membros e parentes. O ministro também nomeou Moraes como relator do caso.

A possível decisão de arquivamento ocorre em meio à análise de 108 procedimentos vinculados à investigação e ao pedido de acesso aos autos feito pelo ministro Luiz Fux.